

O SOCIALISMO CHINÊS DIANTE DO CONCEITO DE SOCIALISMO

Chinese socialism in the face of the concept of socialism

Eleutério F. S. Prado
Universidade de São Paulo - USP, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 25/04/2022
Aceito em 16/05/2022

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n255.p9-18>



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
[Atribuição 4.0 Internacional](#).

Como ser citado (modelo ABNT)

PRADO, Eleutério F. S. O socialismo chinês diante do conceito de socialismo. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 9-18, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p9-18>

Resumo

O artigo tem como objetivo intervir na controvérsia sobre o modo de produção vigente na China. A China do final do século XX e começo do século XXI é um país socialista ou capitalista? Consulta o conceito de socialismo encontrado nos textos de Karl Marx para concluir que o “socialismo de mercado” chinês agride a ideia marxiana de socialismo.

Palavras-Chave: socialismo. Karl Marx. Socialismo de mercado. Socialismo marxiano. Capitalismo chinês.

Abstract

The paper aims to intervene in the controversy over the current mode of production in China. Is China at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century a socialist or capitalist country? It consults the concept of socialism found in the texts of Karl Marx to conclude that Chinese “market socialism” offends the Marxian idea of socialism.

Keywords: socialism. Karl Marx. Market socialism. Marxian socialism. Chinese capitalism.

Como se sabe, os economistas alinhados ao Partido Comunista da China reconhecem o modo de produção atualmente em vigor na China como “socialismo com características chinesas”. Mais precisamente, para além do nacionalismo implícito nesse modo de classificação, dizem que a China por enquanto se desenvolve num modelo de organização social que cognominam de “socialismo de mercado” (BARBOSA, 2021). Parece, entretanto, inútil contestar tais denominações motivadas politicamente. Contudo, para além da questão da legitimação do sistema por meio de discursos ideológicos, subsiste a questão teórica de saber se o que foi institucionalizado nesse país vem a ser ou não, grosso modo e de fato, um modo de produção pós-capitalista.

O que é teoricamente o socialismo? Ora, para responder adequadamente a essa pergunta seria necessário desenvolver uma investigação no campo das ideias econômicas e políticas para lembrar como o socialismo foi definido pelos vários autores relevantes ao longo

da história do capitalismo. Somente após esse trabalho seria possível discutir a adequação ou não do termo “socialismo” à economia chinesa. Aqui, no entanto, se considera esse caminho como pouco promissor. Sempre se encontrará argumentos e evidências contra e a favor da tese aqui posta em questão.

Mais interessante é perguntar como fica o socialismo chinês diante do socialismo prefigurado por Karl Marx em sua obra como um todo. Pois, esse autor, como nenhum outro, foi capaz de mostrar rigorosamente o que é o capitalismo – um sistema complexo que evolve por meio da acumulação de capital. Somente tendo uma compreensão profunda do que é esse modo de produção, de suas contradições e seus limites, de sua capacidade restrita de criar as condições para a humanização do ser humano, é que se pode tentar caracterizar, em largos traços, o que pode vir a ser o pós-capitalismo.

Nesse caso, seria necessário fazer uma investigação ampla nos textos desse autor para aí descobrir o conceito de socialismo que decorre da apresentação dialética do capital e da crítica da economia política. Sabe-se, de antemão, que, nessa perspectiva, o filósofo não poderia apresentá-lo como se fosse um engenheiro social, um arquiteto do futuro. Mas algo pode ser esperado: eis que um conceito dialético de socialismo, em largos traços, só poderia advir por negação das características essenciais do capitalismo. Esse estudo é importante, mas ele já foi feito muito cuidadosamente por Peter Hudis em seu livro *O conceito de Marx da alternativa ao capitalismo* (2012).

Tendo o conteúdo desse livro como horizonte, aqui se vai discutir apenas dois momentos importantes de sua vasta obra, momentos estes em que Marx trata especificamente do socialismo. O primeiro deles, encontra-se na seção sobre *O fetiche da mercadoria* do primeiro capítulo de *O capital* (seção quarta) (1983); o segundo consiste na *Critica do programa de Gotha* (2012). Havendo apresentado o conceito de socialismo nessa perspectiva – acredita-se –, o socialismo chinês aparecerá em sua verdadeira natureza, ou seja, como um sistema de acumulação centralizado que não abandonou as relações de mercadoria, de dinheiro e de capital.

DA ALIENAÇÃO DO HOMEM AO FETICHE DA MERCADORIA

Como se sabe, a alienação foi fundamental para Marx compreender conceitualmente o capitalismo, assim como para esboçar a sua possível superação no tempo histórico. Desde a publicação dos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*, em 1932, sabe-se que esse termo se refere ao fato de que o produto do trabalho no modo de produção capitalista se opõe ao trabalhador como se fosse algo estranho, portador de um poder independente dele enquanto produtor de mercadorias (MUSTO, 2022).

Nessa perspectiva, o jovem filósofo compreendeu o bloqueio à humanização do ser social por excelência de uma perspectiva subjetiva, com um viés claramente humanista que não era capaz de ir aos fundamentos sociais da alienação. As condições sociais vigentes – isso ele já sabia – impediam os indivíduos de se realizarem como sujeitos porque eles apenas podiam reconhecer os produtos de seus trabalhos como estranhos a si mesmos, como meras contribuições dadas, aportes para funcionamento de um sistema que não comprehendiam, mas a que estavam atrelados indissoluvelmente e que os dominava pondo exigências de inserção profissional e modos de comportamento.

Foi em *O capital* que Marx apresentou a causa objetiva do estranhamento subjetivo diante do mundo da mercadoria. Eis que observara o que agora podia explicar, isto é, que a produção de coisas úteis e necessárias no capitalismo era, sobretudo, a produção de coisas com valor, as quais figuravam socialmente como fetiches. Pois, as relações sociais não se apresentam aí, nesse modo de produção, como relações diretas entre pessoas, mas como relações indiretas, como “relações sociais de coisas”. E que toda a produção era produção de mercadoria não para satisfazer, em primeiro lugar, às necessidades humanas, mas para atender, sobretudo, à acumulação de capital.

Em consequência dessa inversão, uma ilusão real passava a se impor aos agentes econômicos; quando atuam nesse mundo, confundem necessariamente a forma da relação social dominante, explicada previamente como forma de valor, como o suporte da forma, ou seja, com o valor de uso que constitui materialmente a mercadoria. Daí que, para eles, por exemplo, o trigo é valor, o ouro é dinheiro, a máquina é capital etc. A dominação do sistema sobre os seres humanos se reveste, assim, de uma espécie de sacralidade vulgar que os atrai - e mesmo os apreende – por meio de um fascínio todo próprio como objetos de desejo.

Como se sabe, Marx diz que a mercadoria vulgar que constitui a riqueza nesse modo de produção contém certa sutileza metafísica e que ela, enquanto objeto de análise científica, traz de volta as velhas questões que alimentaram a teologia medieval. Numa sociedade que supostamente se emancipara da totalidade ética inerente ao velho cristianismo e que se tornara aparentemente desencantada, um misticismo passara a envolver os produtos do trabalho. De onde provém – pergunta ele – esse caráter suprassensível de coisas sensíveis que se encontra nos mercados? Por que essas coisas se afiguram enigmáticas? Questiona, para responder logo em sequência: esse caráter provém da própria forma mercadoria. Pois, “as relações entre os produtores (...) [nesse sistema complexo de produção] assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 1983, p. 71).

Dois trechos de *O capital* são aqui fundamentais e precisam ser citados na íntegra. O primeiro deles, decifra a mercadoria como objeto de culto:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. (MARX, 1983, p. 71).

Note-se, agora, que os indivíduos no modo de produção capitalista cultuam a mercadoria pragmaticamente, sem ter mesmo consciência prática de que o fazem. Pois, por um lado, dela dependem para sobreviver funcional e socialmente e, por outro, eles não podem deixar de vê-la como coisa valiosa em si mesma. Eis que uma ignorância de fundo, não suprimível mesmo pelo conhecimento científico comum, alimenta um modo de ser do “sujeito” na vida cotidiana no modo de produção capitalista: ele se torna um sujeito sujeitado, intervertido, portanto, um não-sujeito de fato. Marx diz, no segundo capítulo de *O capital*, que os indivíduos no capitalismo são suportes dos polos contrários da relação de capital: os trabalhadores são suportes de sua força de trabalho e os capitalistas são suportes do capital de que juridicamente são proprietários.

Portanto, a categoria chave, ou seja, a categoria mais importante da crítica da economia política não é nem a exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista, nem a luta de classes, mas o fetichismo que afeta toda vida social no capitalismo porque soma um

significado não só às coisas úteis aí produzidas como ao sistema como um todo. Tais coisas ficam assim recobertas por um invólucro místico; tornam-se, pois, objetos misteriosos porque têm valor e este se confunde com as próprias coisas. O estranhamento aqui ganha um novo sentido: ademais das coisas aparecerem como objetos estranhos aos seus próprios produtores, elas ganham, agora, um caráter de coisa transcendente a eles. Ora, isso representa uma dificuldade suplementar às posições críticas e subversivas dos trabalhadores na luta social porque, em princípio, eles se tornam incapazes de descobrir, na atividade prática, o princípio do mais-valor.

DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

Dessa condição social imanente ao capitalismo enquanto tal decorre uma primeira – mas fundamental – característica do pós-capitalismo na perspectiva da crítica da economia política. E ela aparece num segundo trecho da mesma seção final do primeiro capítulo de *O capital*:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1983, p. 76).

Ou seja, o socialismo prefigurado por Marx requer que o sujeito histórico tenha como objetivo precípua a supressão no curso da história da forma mercadoria dos produtos do trabalho e, assim, do dinheiro e do capital. Requer, pois, a instituição de uma sociabilidade em que a alienação mercantil e o fetiche da mercadoria sejam abolidos porque assim os homens – como diz – passam a manter um controle consciente e planejado da produção de valores de uso visando atender às necessidades da população como um todo. Por esse controle não se encarrega de modo algum um órgão estatal dirigente e centralizado, formado por burocratas pertencentes a um partido político, mas ocorre por meio de um processo descentralizado e democrático em que prevalecem, afinal, as orientações que vêm dos produtores livremente associados.

Para Marx, nessa perspectiva acima delineada, a revolução socialista deveria iniciar um processo de transformação contínuo cuja finalidade seria chegar pouco a pouco ao comunismo, definido este com a forma de sociedade em que cada um produz segundo as suas capacidades e em que cada um recebe de acordo com as suas necessidades. Como ele não distingua entre socialismo e comunismo, não se pode pensar a passagem de um ao outro como advento em sequência de dois modos de produção distintos entre si: primeiro, do capitalismo ao socialismo e, depois, do socialismo ao comunismo. Diferentemente, apenas se pode raciocinar com dois momentos de um mesmo processo: inicia-se num estágio inferior em que os resíduos da sociabilidade capitalista ainda vigoram, mas termina em um estágio superior em que eles foram completamente abolidos.

Eis como Marx apresenta esse processo na *Crítica do programa de Gotha*:

Numa fase superior da sociedade comunista, quanto tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também estiverem crescido e todas as fontes de riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: "de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades". (MARX, 2012, p. 32-33).

Cabe, portanto, à sociedade em processo de transição, criar as condições para que seja possível ingressar nessa fase superior, mesmo se esse objetivo permanece distante em face do desenvolvimento precário das forças produtivas no momento – e mesmo por um longo período após – em que ocorre a revolução. Ora, por isso mesmo, essas condições não se restringem, de modo algum, a elevar as forças produtivas do trabalho, o que se fará sempre sob uma administração burocrática e centralizada que emula a classe dominante inerente ao capitalismo. Pois, assim, não se deixará de subordinar os indivíduos a uma divisão social do trabalho, extensiva e intensiva na malha das atividades produtivas em geral, mantendo, junto com ela, a alienação e o estranhamento.

Consiste, ao contrário, na constituição de uma democracia popular baseada numa verdadeira participação de todos os interessados nas decisões que afetam a vida em comum dos cidadãos. Pois, essa própria forma de enlaçar os indivíduos é já uma alavanca poderosa para criar uma sociabilidade que promove a conscientização dos problemas sociais existentes

e, assim, das formas possíveis de resolvê-los visando ao bem comum. O objetivo central da nova organização social consiste em criar, pouco a pouco, as condições por meio das quais os indivíduos podem se realizar como sujeitos livres e conscientes.

Para que isso ocorra, Marx diz que é preciso constituir uma sociedade cooperativa fundada na propriedade comum – portanto, não privada e não estatal – dos meios de produção. Na sociedade que tem o comunismo como modelo utópico – ou seja, como modo de vida social que ainda não existe, mas pode ser buscado, e talvez alcançado, fazendo e refazendo continuamente a história –, não produz mais mercadorias, mas apenas valores de uso. Eis que os trabalhos individuais são, agora, diretamente, momentos do trabalho social total. Eles deixam, portanto, de produzir coisas que se tornam primeiro propriedade privada para serem, depois, socializadas por meio dos mercados.

Nesse escrito salvo para a posteridade, o filósofo da práxis pressupõe que a sociedade recentemente transformada não pode ainda ser regida pelo princípio do comunismo, mas tem de encontrar formas transitórias que respeitam certas condições herdadas da velha sociedade: instituições, normas sociais e práticas que foram criadas pelo capitalismo.

Nessas condições, um problema avulta: se a produção se tornou agora cooperativa, como organizar a distribuição dos produtos do trabalho? É, pois, necessário encontrar uma medida do produto social que substitua a medida de valor que vigora no capitalismo. Ao invés de a repartição ser governada por uma medida engendrada pelo próprio funcionamento automático do sistema econômico, ou seja, que se funda na quantidade de trabalho abstrato criada e que se manifesta cegamente nos preços, os produtores associados têm de criar uma convenção de valoração com base nos quanta de tempo de trabalho dedicado à produção de valores de uso. Nas organizações produtivas, como bem se sabe, é sempre possível calcular o tempo de trabalho necessário para executar cada uma das tarefas que se mostram necessárias para produzir um bem ou serviço.

Com base nessa convenção, que deve valer para a sociedade como um todo, o produtor individual recebe, por meio de uma certificação em papel ou eletrônica, o equivalente ao tempo de trabalho doado por ele à força produtiva social, menos as deduções necessárias para manter as atividades não produtivas, mas necessárias para a manutenção da sociedade como um todo. De posse dessa certificação, o trabalhador poderá adquirir os meios de consumo de que necessita para si e sua família em grandes unidades de distribuição.

UMA MODESTA CONCLUSÃO

Como se sabe hoje, com base nas modernas tecnologias de informação e comunicação, é possível criar processos participativos de tomada de decisão em que as normas necessárias para o bom funcionamento do sistema econômico são escolhidas pelos próprios trabalhadores de modo democrático. Ademais, essas mesmas tecnologias permitem a criação de sistemas de planejamento descentralizado em que as ofertas de bens e serviços podem se encontrar com as suas demandas correspondentes. Os excessos e as faltas de demanda, que nunca deixarão de acontecer numa economia complexa, podem ser assim corrigidos, ao longo do tempo, de um modo superior àquele do mercado tradicional, já que boa parte da anarquia inerente a esse último é desse modo suprimida. (ver MOROZOV, 2019).

Logo, não é por falta de tecnologia apropriada que não se implantou na China contemporânea o planejamento descentralizado como base de uma democracia plena e substantiva. Como se sabe, os rumos do desenvolvimento do que hoje é bem conhecido como o “gigante asiático” sempre foram decididos politicamente no âmbito do Partido Comunista Chinês. Ainda que ele tenha mantido uma retórica socialista popular, o que, de fato, determinou o desenvolvimento da China na última metade do século XX em diante foi predominantemente um nacionalismo fundado numa tradição milenar. Ora, esse caminho talvez se justifique diante do imperialismo ocidental, em particular norte-americano e europeu. Isso, no entanto, não pode torcer e mudar o conceito de socialismo tal como ele aparece nos textos de Marx.

Como se sabe, a revolução Chinesa tornou-se vitoriosa em 1949. A partir de então, passaram a ocorrer as transformações responsáveis por fazer da China uma nação rotulada normalmente de comunista. Isso aconteceu após longos anos de guerra civil em que as forças comunistas de Mao Zedong lutaram contra as forças nacionalistas de Chiang Kai-shek. De qualquer modo, a China, mesmo nesse período, tem uma história complexa. Se o caminho do socialismo foi ainda experimentado, com grandes dificuldades, durante a vida do seu líder incontestado, em 1978, após a sua morte, ele foi abandonado. A história desse período em que foi instituído um “capitalismo com características chinesas” foi apresentada no Brasil por Souza (2021).

Ora, este pequeno artigo que aqui se desenvolveu e que aqui, agora, termina pretende ser apenas um pano de fundo “ralo” para uma boa compreensão da história recente da China. A compreensão do que ocorreu e do que ocorre nesse país asiático tornou-se uma quase obsessão nos países capitalistas do ocidente. Afinal, as transformações na base econômica da sociedade chinesa foram de tal monta nos últimos quarenta anos que, para o bem ou para o mal, alteraram os rumos da civilização na face do planeta Terra. Como elas ocorreram no ocaso do capitalismo, trouxeram novas indagações sobre o destino, agora ameaçado, da humanidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de F. A ascensão chinesa e a economia-mundo capitalista: uma perspectiva histórica. In: MUSSE, Ricardo (org). **China contemporânea – seis interpretações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HUDIS, Peter. **Marx's concept of the alternative to capitalism**. Leiden/Boston: Brill, 2012.

HUDIS, Peter. **Trabalho social direto e indireto**: que espécie de relação humana pode transcender o capitalismo? In: <https://eleuterioprado.blog/2013/03/16/para-superar-o-capitalismo-i/>

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O capital – Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOROZOV, Evgeny. Digital Socialism? The calculation debate in the age of Big Data. In: **New Left Review**, 116/117, mar.-jun., 2019.

MUSTO, Marcello. **O fascínio da teoria da alienação**. In: <https://aterraeredonda.com.br/o-fascinio-da-teoria-da-alienacao/>

SOUZA, Renildo. **The state and capital in China**. Marburg: Büchner-Verlag, 2021.

Dados do autor

Eleutério F. S. Prado

Graduado e pós-graduado pela Universidade de São Paulo (1974). Atualmente é professor titular, aposentado, da Universidade de São Paulo. Trabalha na área de teoria econômica, atuando principalmente nas seguintes subáreas: metodologia da economia, capitalismo contemporâneo e teoria da complexidade. Atualmente, o seu objetivo principal vem a ser incorporar criticamente as contribuições da teoria da complexidade, que é multidisciplinar, à teoria econômica e ao marxismo. Nos últimos anos tem-se dedicado também à crítica da economia política. E-mail: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.blog>.